

Política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar – uma inovação do MDA em 2003, em parceria com a Epagri

Carlos Luiz Gandin¹; Zenório Piana² e
Eros Marion Mussoi³

Com a publicação do Decreto nº 4.739, de junho de 2003, designando o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – como sendo o responsável, no âmbito nacional, pelas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater –, o governo federal retoma uma ação fundamental para o apoio à agricultura familiar.

Como se sabe, desde a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – Embrater –, em 1990, o Brasil não dispunha de uma política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar. Foram 13 anos, durante os quais cada Estado da Federação agia como podia na assistência aos agricultores familiares, sem apoio do governo federal e sem uma articulação nacional para a integração das ações.

Felizmente, em Santa Catarina nesse período os trabalhos não sofreram descontinuidade. A Epagri, ao longo destes anos, tem proporcionado aos agricultores familiares não somente assistência técnica e extensão rural, mas também a geração, adaptação e difusão de tecnologias apropriadas para as diversas regiões do Estado.

A política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar é elaborada com a participação de todos os segmentos

diretamente envolvidos com a questão. É um princípio do governo criar um novo ambiente para o campo, que democratize o conhecimento e possibilite aos agricultores familiares o acesso aos avanços tecnológicos e produtivos como instrumento fundamental para viabilizar a sua atividade.

Além de receber a assistência técnica do Estado, que até então estava restrita a políticas estaduais e a iniciativas de organismos não-governamentais, os agricultores familiares brasileiros também terão uma política nacional de assistência e apoio ao meio rural. Entre as inovações, há um sistema descentralizado com participação dos governos estaduais, organizações de Ater estaduais, não-estaduais e movimentos sociais, que prevê uma atuação em redes de maneira a potencializar as diversas capacidades locais e regionais. Essa estrutura vai gerenciar também a aplicação dos recursos de forma a garantir a transparência e o bom uso dos recursos disponíveis.

Com isso, o governo atende também a uma antiga reivindicação do setor que, já em 1995, havia apresentado a proposta de uma política nacional de apoio à atividade agrícola. Na época, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – Contag – e a Federação dos Servidores de Assistência Técnica e Extensão Ru-

ral – Fazer – coordenaram a elaboração de um documento-proposta.

Agora, com esta política pública, o País recupera um sistema nacional de assistência técnica e extensão rural num debate articulado com as diversas Ematers, instituições estaduais, cooperativas, movimentos sociais e universidades, com ênfase para a capacitação e a assistência técnica permanente na geração de trabalho e renda no campo.

Parceria com a Epagri

De acordo com a nova política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar, em dezembro de 2003 foi celebrado importante convênio de parceria entre a Epagri e o MDA para o atendimento imediato de 21.400 agricultores familiares catarinenses e a capacitação de mil agricultores para as atividades agrícolas e não-agrícolas do meio rural e de cem técnicos recém-ingressos nos serviços de extensão rural (pré-serviço). Para 2004 e os anos futuros as perspectivas são ainda melhores. Diversas metas estão sendo planejadas para o atendimento da agricultura familiar catarinense.

Com o convênio, o apoio do governo federal para a extensão rural catarinense está sendo retomado. Apesar da interrupção por 13 anos, a

¹Eng. agr., M.Sc., Epagri/GTP, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (048) 239-5660, fax: (048) 239-5597, e-mail: clg@epagri.rct-sc.br.

²Eng. agr., Dr., Epagri/DEX, fone: (048) 239-5669, e-mail: piana@epagri.rct-sc.br.

³Eng. agr., Dr., Epagri/GTP, fone: (048) 239-5533, e-mail: eros@epagri.rct-sc.br.

Epagri foi uma das poucas empresas públicas que manteve seu(s) trabalho(s) de apoio aos agricultores familiares durante todo esse tempo.

Os beneficiários desta parceria são os agricultores familiares catarinenses. No conceito de agricultor familiar da nova política nacional de Ater, subentende-se: produtores familiares tradicionais (proprietários ou não), assentados por programas de reforma agrária e crédito fundiário, extrativistas florestais, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, povos da floresta, seringueiros e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF. Neste contexto, está prevista a atuação da Epagri, de forma descentralizada, em todas as regiões do Estado, com prioridade para os municípios de maior concentração de agricultores familiares, principalmente os atendidos pelo Plano de Safra e os participantes dos territórios definidos pelo MDA/SDT e Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – Consads –, tendo como base as orientações da política nacional de assistência técnica e extensão rural.

O convênio está sendo desenvolvido com enfoque interdisciplinar, visando atender a todas as dimensões do processo de desenvolvimento das comunidades participantes. No que tange ao processo produtivo agrícola, é dirigido, exclusivamente, à promoção de sistemas agrícolas regionalmente testados e adaptados pela pesquisa, buscando garantir a segurança alimentar e nutricional sustentável das famílias envolvidas e, sempre que possível, orientando excedentes para os mercados local e regional, assim como para os programas institucionais de compras pelo poder público.

As estratégias e metodologias incorporam as especificidades relativas a raças, etnias, gênero, geração e diferentes condições socioeconômicas e culturais das populações envolvidas. Além disso, tais estratégias metodológicas visam estimular a democratização dos processos de tomada de decisão quanto aos caminhos a serem percorridos. Por isso, tanto o

planejamento como a execução das ações são pautados em abordagens metodológicas que, além de participativas, utilizem técnicas vivenciais, propiciando a construção coletiva e o intercâmbio de conhecimentos.

O planejamento participativo das ações tem por base o território rural e as especificidades dos agroecossistemas, considerando, sempre, as dimensões econômica, social e ambiental e contribuindo para o redesenho dos sistemas de produção e para o uso adequado dos meios de produção localmente disponíveis e que estejam ao alcance dos agricultores familiares. Além disso, as ações de Ater são articuladas com as outras políticas públicas, em particular com aquelas previstas no Plano de Safra para a Agricultura Familiar e no Programa Fome Zero.

A Epagri está empenhada em estabelecer um modelo de desenvolvimento rural sustentável, que esteja centrado no fortalecimento da agricultura familiar e na inclusão social

Para as atividades previstas no convênio, os escritórios municipais de assistência técnica e extensão rural da Epagri contam com uma estrutura de recursos humanos composta de, no mínimo, extensionista rural (engenheiro agrônomo, médico veterinário ou técnico agrícola), extensionista social (profissional de serviço social ou ciências correlatas) e secretária (auxiliar de escritório para apoio administrativo).

O modelo catarinense

Poucos são os Estados brasileiros que dispõem de uma estrutura de apoio e assistência aos agricultores semelhante à de Santa Catarina. Para cumprir com suas atribuições,

a Epagri conta com uma sede administrativa localizada em Florianópolis e 20 gerências regionais estrategicamente distribuídas no Estado que administram 293 escritórios municipais de extensão rural; uma rede integrada de nove estações experimentais e quatro centros de pesquisa; 40 laboratórios e 12 centros de treinamento e de difusão de tecnologia.

Com isso, a Epagri está empenhada em estabelecer um modelo de desenvolvimento rural sustentável, que esteja centrado no fortalecimento da agricultura familiar e na inclusão social. Os seus projetos são uma demonstração clara de uma ação efetiva destinada a contribuir para o aumento da produção de alimentos de boa qualidade biológica e sem contaminação, a melhoria da renda e geração de novas ocupações e postos de trabalho no campo.

Neste contexto, as suas ações são formuladas a partir de problemas identificados mediante metodologias participativas, e seus objetivos e metas correspondem aos anseios, demandas e necessidades das comunidades dos agricultores familiares e suas entidades representativas.

A Epagri também privilegia a produção de alimentos limpos, através de sistemas de produção baseados nos princípios da agroecologia. Em Santa Catarina, muitos agricultores já adotam a agroecologia como forma de produção e outros estão em fase de adoção. Por isso, são apoiadas as tecnologias apropriadas a um processo de transição que leve à construção de estilos de agricultura de base ecológica, de acordo com os resultados da pesquisa realizada pela Epagri, cujas estações experimentais e cujos centros de pesquisa geram, adaptam e difundem as tecnologias adequadas a cada região. Nesta mesma perspectiva, são desenhadas, com os agricultores e suas entidades representativas, as estratégias para o resgate de conhecimentos locais (e de estratégias e hábitos alimentares) e para o desenvolvimento participativo das tecnologias necessárias para suprir as demandas dos sistemas agrícolas. ■